



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2022

Emitente: Controladoria Interna

Entidade: Câmara Municipal de Itapemirim-ES

Gestor responsável: José de Oliveira Lima e Paulo Sérgio de Toledo Costa (Presidente e Vice-Presidente no biênio 2021/2022)

Exercício: 2022

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Preliminarmente cumpre mencionar que este relator assumiu o cargo de Diretor de Controle Interno/Ouvidor e assim a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Itapemirim, em 08 de fevereiro de 2023, nomeado através da Portaria CMI nº 035/2023.

Mais ainda, informo também que o ano de 2022 foi atípico para a Câmara Municipal de Itapemirim, pois devido a perda de mandato do atual Prefeito à época, no fim do mês de março de 2022, mediante decisão judicial do Supremo Tribunal Eleitoral, e assunção temporária do então Presidente da Câmara Municipal José de Oliveira Lima como Chefe do Executivo por cerca de 03 (três) meses (período de abril a junho/2022, no qual assumiu a gestão temporária da Câmara o Vice-Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa), retornando ao cargo em julho/2022 até o cumprimento do seu mandato em dezembro/2022, o setor de Controle Interno da Câmara de Itapemirim teve em seu gestão, 03 (três) diferentes Diretores de Controle Interno/Ouvidor no exercício de 2022, sendo 02 servidores comissionados nomeados por 03 (três) meses cada um, e outro por 06 (seis) meses, os quais não fazem mais parte do quadro de servidores ativos da Câmara de Itapemirim, não gerando uma continuidade efetiva de suas atividades laborais à frente desta Controladoria Interna.

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nossas conclusões. Os pontos verificados por ocasião desta PCA, estão assim informados no mesmo campo, conforme abaixo:



1.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação p/ PCA
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	714 bens patrimoniais <i>Inventário de Bens*</i> Imóveis: R\$ 0,00 Móveis: R\$ 1.710.609,74 Intangíveis: R\$ 0,00 (*valor contábil)	714 bens patrimoniais Balancete Contábil* Imóveis: R\$ 0,00 Móveis: R\$ 1.734.618,87 Intangíveis: R\$ 0,00 (*valor contábil)	Verificação para a PCA Achado de auditoria relatado nas observações quanto a itens não baixados do sistema Contábil quanto aos bens móveis.
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	02 contas bancárias Valor R\$ 10.962.901,94	02 contas bancárias Valor R\$ 10.962.901,94	Verificação para a PCA
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	02 contas bancárias Conta Corrente CEF (ag. 1384 – 006 – 00007-9) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANESTES (ag. 199 – 317818-3) Saldo final: R\$ 0,00 Aplicação Financeira CEF (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 569,78 Aplicação Financeira BANESTES (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 63.927,08	02 contas bancárias Conta Corrente CEF (ag. 1384 – 006 – 00007-9) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANESTES (ag. 199 – 317818-3) Saldo final: R\$ 0,00 Aplicação Financeira CEF (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 569,78 Aplicação Financeira BANESTES (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 63.927,08	Verificação para a PCA

1.4. Limites constitucionais e legais



Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação para a PCA
1.4.7	Despesas com pessoal limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63 Limite 29-A da CF: 63,32% Limite LRF: 1,78%	Verificação para a PCA
1.4.8	Despesas com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato	LC 101/2000, art.21.	Análise Documental	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes	Consulta à Legislação Municipal	Consulta da Legislação Municipal no 2º Semestre de 2022	Situação fática não ocorrida no exercício
1.4.10	Despesas com Pessoal limite prudencial vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Análise Documental	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal:	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com	Situação fática não ocorrida no exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

						R\$ 1.324.013,63	obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63 Limite 29-A da CF: 63,32% Limite LRF: 1,78%	
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Análise Documental	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63 Limite 29-A da CF: 63,32% Limite LRF: 1,78%	Situação fática não ocorrida no exercício
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29- A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Conta da UG Câmara Municipal	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.324.013,63	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 10.962.901,94 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Despesa com Folha anual: R\$ 6.941.508,01 Despesa com obrigação patronal:	Verificação para a PCA



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

							R\$ 1.324.013,63 Limite 29-A da CF: 63,32% Limite LRF: 1,78%	
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de umalegislatura para outra.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Limite máximo de 30% do subsídio do Deputado Estadual: R\$ 7.596,67 Subsídio dos Vereadores fixado na Lei Municipal nº 2.964/2016: R\$ 7.500,00	12 folhas de pagamento Limite máximo de 30% do subsídio do Deputado Estadual: R\$ 7.596,67 Subsídio dos Vereadores fixado na Lei Municipal nº 2.964/2016: R\$ 7.500,00	Verificação para a PCA
1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.071.000,00	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.071.000,00	Verificação para a PCA
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.071.000,00 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.071.000,00 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 463.949.716,29 Montante em percentual: 0,23%	Verificação para a PCA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM**
PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº
Bairro Serra Mar
Itapemirim-ES
CEP: 29.330-000
Fone/Fax: (28) 3529-5108
E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	CRFB/88, art. 29-A.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	Despesa total do Legislativo (empenhada): R\$ 10.947.223,73 Repasse orçado: R\$ 11.000.000,00	Despesa total do Legislativo (empenhada): R\$ 10.947.223,73 Repasse orçado: R\$ 11.000.000,00 Economia orçamentária: R\$ 52.776,27	Verificação para a PCA
1.5. Demais atos de gestão								
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação para a PCA
1.5.1	Documentos Integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas UG's)	Documentos da PCA – Exercício 2022	Verificação Integral	Verificação para a PCA

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação para a PCA
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Contas de Governo Contas de Gestão dos Poderes	-	-	Situação fática não ocorrida em 2022.



1.2 Constatações e proposições

Observações relatadas abaixo na análise dos pontos de controle constantes na tabela referencial acima:

- Item 1.3.1: verificação pelo Inventário de bens fornecido pela Coord. de Materiais e Patrimônio, e Balancete Contábil disponibilizado pela Contabilidade.
Observação: Achado de Auditoria quanto a divergência de valores no inventário de bens móveis e no balancete contábil em seu valor bruto. Conforme informações do Setor de Patrimônio, em junho de 2022, houve a baixa de itens no sistema do patrimônio, porém, não houve a mesma baixa no sistema de Contabilidade à época pelo antigo Gerente Contábil do setor, gerando uma divergência de **R\$ 24.009,13 (vinte e quatro mil, nove reais e treze centavos)**. Valor este que segundo o Gerente Contábil atual deste exercício de 2023 será baixado para regularização no balancete contábil neste ano de 2023, emitindo assim nota explicativa sobre o fato;
- Item 1.3.3: conferência de transferências bancárias através de extratos das contas da Câmara Municipal de Itapemirim na CEF e Banestes fornecidos pela Gerência Financeira, totalizando o valor repassado pela Prefeitura de Itapemirim a título de Duodécimo, no exercício de 2022;
- Item 1.3.4: saldos finais das contas bancárias condizentes com o demonstrado no Balancete Contábil, na sua respectiva conta no Ativo;
- Item 1.4.7: cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) quanto ao limite de despesas com pessoal, perfazendo o valor de 1,78 ponto percentual da RCL do Município;
- Item 1.4.13: cumprimento do disposto no art. 29-A da Constituição Federal quanto ao limite de até 70% de despesas com pessoal do repasse de recursos recebidos, atingindo 66,32 pontos percentuais da receita por duodécimo;
- Item 1.4.17: fixação do subsídio dos Vereadores abaixo do limite de 30% dos subsídios dos Deputados Estaduais, atingindo o percentual de 98,72%;
- Item 1.4.19: consulta ao resumo da folha geral de pagamento dos subsídios fornecida pelo Setor de Recursos Humanos, e ao Demonstrativo de Despesas com pessoal da Contabilidade, resultando em uma análise de atingimento de 0,23% do percentual dos subsídios, em relação a Receita Corrente Líquida do Município (RCL), abaixo do limite imposto de 5% pela CF;
- Item 1.4.20: despesas empenhadas abaixo do valor orçado de repasse por duodécimo à Câmara Municipal de Itapemirim, gerando uma economia orçamentária conforme conferência pelo Demonstrativo de Despesa por elemento.



2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinei a prestação de contas anual, sob a responsabilidade do Sr. José de Oliveira Lima e Paulo Sérgio de Toledo Costa, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim-ES, relativa ao exercício de 2022.

Em minha opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados (elencados no item 1) desta manifestação e as peças da PCA apresentadas a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida prestação de contas se encontra REGULAR, ressalvadas as informações contidas no tópico 1.2 deste RELUCI, em especial ao item 1.3.1.

Itapemirim - ES, 27 de março de 2022.

Rodrigo Silva Machado

Diretor de Controle Interno/Ouvidor – Ano 2023
Matrícula nº 1848



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº
Bairro Serra Mar
Itapemirim-ES
CEP: 29.330-000
Fone/Fax: (28) 3529-5108
E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br